

Educação, políticas públicas e ações afirmativas rumo à equidade social: uma revisão sistemática de pesquisa e produção científica publicadas entre 2009 e 2019

Education, public policies and affirmative action towards social equity: a systematic review of research and scientific production published between 2009 and 2019

Valéria dos Santos de Oliveira
Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Flávio Bezerra Barros
Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT)
Mato Grosso-Brasil

Resumo

A Educação é um direito de todos previsto na Constituição Federal de 1988 e pode contribuir para diminuir as desigualdades. O objetivo foi levantar, analisar e sintetizar as produções científicas sobre Educação, Políticas Públicas e Ações Afirmativas e demonstrar a importância na redução das desigualdades sociais. Identificou-se entre 2009 a 2019 artigos científicos disponibilizados e indexados no Portal de Periódicos da CAPES, *Scientific Electronic Library Online* e *Web of Science*. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. O método trata-se de análise bibliométrica da produção científica, aplicou-se a Lei de Bradford (1934) e Lei de Zipf (1949), sendo essa última efetivada com o auxílio da ferramenta Voyant Tools. Os resultados apontam que a temática converge ao perpassar por questões sociais, direcionando a compreender que educação pública e ações afirmativas são indissociáveis.

Palavras-chave: Educação superior; Políticas afirmativas; Pesquisa bibliométrica.

Abstract

Education is everyone's right provided for by the Federal Constitution of 1988 and can contribute to reduce inequalities. The objective was to survey, analyze and synthesize scientific productions on Education, Public Policies and Affirmative Actions and demonstrate the importance of reducing social inequalities. It was identified between 2009 and 2019, the scientific articles available and indexed in the CAPES Journal Portal, *Scientific Electronic Library Online* and *Web of Science*. It is a bibliographical and documental research. The method consists in a bibliometric analysis of scientific production; Bradford's Law (1934) and Zipf's Law (1949) were applied, the last one being carried out with the aid of the Voyant Tools tool. The results indicate that the theme converges when going through social issues, leading to the understanding that public education and affirmative actions are inseparable.

Keywords: Higher education; Affirmative policies; Bibliometric research.

1. Introdução

A Educação é um direito de todos previsto na Constituição Federal do Brasil e pode contribuir para a diminuição das desigualdades existentes entre as classes sociais. Nesse sentido, Freire (1984, p. 90) propõe estas reflexões sobre Educação: “uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar [...]”.

Isso posto, a educação descortina possibilidades, oportunidades, senso crítico e fomenta a luta por uma sociedade mais igualitária, um grande desafio, e se consolidam neste cenário, o Estado e as políticas de ação afirmativa.

O Estado, por sua vez, através de políticas públicas, pode e deve trabalhar para garantir esse direito, prevendo uma Educação de qualidade, democrática e equitativa para, assim, garantir o exercício de direitos fundamentais. A política pública é “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público” (SECCHI, 2014, p. 1).

Nesse contexto, as políticas afirmativas ou ações afirmativas corroboram para a efetivação da políticas públicas, perpassando por aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais, entre outros. Sendo assim, o diálogo referente às correções de distorções históricas e sociais, fruto dessas Ações Afirmativas, encontra-se presente no escopo desta pesquisa.

Para a compreensão dessa temática e do dimensionamento de estudos que a perpassam, optou-se pelo método da análise bibliométrica da produção científica. A bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística que tem como objetivo a medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006).

Objetivou-se com este estudo levantar, analisar e sintetizar as produções científicas sobre Educação, Políticas Públicas e Ações Afirmativas e demonstrar a importância da Educação na interface com Políticas Públicas voltadas a Ações Afirmativas na redução das desigualdades sociais, realizado por meio de um estudo bibliométrico com pesquisa bibliográfica e documental. Desse modo, utilizou-se como técnica de medição a Lei de Bradford (1934), para analisar a dispersão da produção científica, e a Lei de Zipf (1949), para

observar a frequência de palavras e evocações dos termos indutores dentro do *corpus* da temática, sendo essa última efetivada com o auxílio da ferramenta *Voyant Tools*.

Este estudo baliza as principais tendências científicas relacionadas à temática proposta, publicadas entre os anos de 2009 e 2019, levantadas a partir da bibliometria. Desse modo, a partir da revisão realizada, destaca-se a importância dos Direitos Humanos e do direito fundamental à Educação, bem como da necessidade das Políticas Públicas e sociais como agenda e pautas governamentais.

2. Educação: aspectos gerais e Educação Superior

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2016, p.123). Além de direito, ressaltase o fato de ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, envolvimento dos cidadãos, questão essa que perpassa todo esse *locus*.

A Educação é mudança e libertação; nas palavras de Freire (1984, p. 36): “a educação das massas se faz algo de absolutamente fundamental entre nós [...] que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação [...] ‘Educação’ para o homem-objeto ou para o homem-sujeito”. A Educação atinge todas as massas e por vezes sofrem o racismo e inúmeros preconceitos. Todos estão envoltos com a Educação, quer seja de uma maneira ou de outra, pois ela está atrelada à vivência humana; ninguém escapa da Educação, de um modo ou muitos, todos envolvem pedaços da vida com a Educação (BRANDÃO, 1985).

O Ministério da Educação (MEC) dispõe em seu portal oficial que, desde 1930, busca promover ensino de qualidade para o Brasil. Com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, reforça uma visão sistêmica da Educação, com ações integradas e sem disputas de espaços e financiamentos (BRASIL, 2020).

Partindo para a realidade da educação pública, em ambiente escolarizado, é necessário ressaltar que a educação pública enfrenta vários desafios em todos os seus níveis, seja na Educação Básica, seja na Educação Superior. Atualmente, o sucateamento, a falta de docentes, de corpo técnico administrativo, infraestrutura, permanência, descredibilidade na ciência, necessidade de valorização da diversidade, entre outros, são pautas recorrentes de movimentos sociais e institucionais.

Educação, políticas públicas e ações afirmativas rumo à equidade social: uma revisão sistemática de pesquisa e produção científica publicadas entre 2009 e 2019

Nesse sentido, Santos (2005) aponta que as instituições de Ensino Superior vêm sendo sistematicamente sucateadas pelo aparelho estatal, entregues a uma economia de mercado que as transforma em comércios do saber, na medida em que entram na lógica da produção tecnológica a serviço das corporações. A especulação financeira que se move em torno das universidades brasileiras é muito grande e é uma ameaça à Educação como Política Pública:

Nesse novo contexto, as medidas de política educacional vão ser marcadas por uma espécie de neoconservadorismo. Diante do mote do “Estado mínimo” passa-se a considerar a chamada “decadência da escola pública” como resultado da incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso advoga-se, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado (SAVIANI, 2018, p. 293).

A reforma universitária de 1968 alterou a Lei de Diretrizes de Bases (LDB) no que tange à Educação Superior e assegurou autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades (BRASIL, 2020).

Em relação ao Ensino Superior público no Brasil, este é marcado por fortes desigualdades sociais. São poucos estudantes, comparados com o contingente populacional do país, que adentram às universidades públicas, as quais, em sua maioria, têm cursos com elevada concorrência. Dessa forma, uma parte significativa da população parte para a Educação Superior ofertada pela iniciativa privada, fora um grande número de pessoas que fica sem ingressar em um curso de graduação.

Os dados do Censo da Educação Superior (2020) são relevantes para as reflexões e análises, pois se constituem como importante instrumento de obtenção de dados para a geração de informações que subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas. O supracitado censo apontou que há no Brasil há 2.457 instituições de educação superior, 304 Instituições de Ensino Superior (IESs) públicas e 2.153 IESs privadas (BRASIL, 2022).

Através de lutas de vários movimentos e exemplos de outros países, as Ações Afirmativas se tornaram pauta de discussões e resultaram no ingresso de estudantes do recorte étnico-racial entre outros grupos, em renomadas Universidades no Brasil, como Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) – relacionadas às políticas de cotas raciais –, Universidade Federal do Paraná (UFPR) – com o Plano de Metas de Inclusão Racial e Social (UFPR, 2004a), entre outras. A UERJ, por exemplo, foi a primeira

universidade a implementar a política de cotas raciais em seu vestibular (ADPF186, /DF, 2012), seguida da UNEB (PAULINO, 2008); a UnB (ADPF186, /DF, 2012), a UFPR (UFPR, 2004a), entre outras universidades federais também implantaram essa política em seu vestibular.

A partir dos anos 2000, após vários movimentos iniciados em anos anteriores, ocorreu a ampliação da oferta de Licenciaturas Interculturais em universidades públicas e a entrada de indígenas nessa modalidade, com entrada de estudantes indígenas também em outros cursos de algumas instituições.

Destaca-se como exemplo o que ocorreu na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Em 1995 a Criação do Conselho de Educação Escolar Indígena – CEI/MT, em 1997, a criação da Comissão Interinstitucional e Paritária, que iniciou as discussões sobre a formação de professores indígenas em nível superior. O ano de 2000 foi dedicado às negociações políticas e financeiras, com a assinatura dos convênios entre as instituições parceiras e aprovação destes nos colegiados da UNEMAT. Em 2001, ocorreu a oferta de graduação específica e diferenciada para indígenas (UNEMAT/FAINDI, 2022).

No âmbito das Políticas Públicas de Educação, temos como exemplo universidades públicas do Paraná, nas quais foi instituída uma política específica de ingresso de estudantes indígenas com a promulgação da Lei estadual nº 13.134/2001 (PARANÁ, 2001a), que destinou vagas suplementares em universidades públicas estaduais do Paraná, através do Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (PARANÁ, 2001b), com a primeira edição deste vestibular no ano de 2002 (PAULINO, 2008).

Partindo para o recorte das questões de conhecimento, história e inclusão no Brasil no que tange a aspectos da diversidade étnico-racial, temos a Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no ensino fundamental e ensino médio, público e privado, contribuindo para o enfrentamento e combate do racismo e da exclusão social. Como destacado no §1º, trata-se do resgate desses povos e comunidades, suas contribuições nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

Já a Lei nº 12.416/2011 dispõe sobre a oferta de Educação Superior para os povos indígenas (BRASIL, 2011). Com relação ao acesso ao Ensino Superior por meio de reserva de

vagas, cabe ressaltar que a legislação brasileira prevê essa reserva em universidades federais por meio da Lei nº 12.711/2012, comumente tratada como “Lei de Cotas” (BRASIL, 2012).

Por meio da visão das Políticas Públicas e das Ações Afirmativas, pode-se ampliar esse escopo. O Estado, nesse bojo, a partir de Políticas Públicas e Ações Afirmativas, pode e deve trabalhar para garantir direitos fundamentais, prevendo uma Educação de qualidade, democrática e equitativa para que ela tenha um papel fundamental no contexto das relações étnico-raciais e de inclusão social.

2.1 Políticas Públicas

A Política Pública é um conceito que tem diversas definições e parte de diferentes olhares. Pode ser vista como um campo multidisciplinar que busca “colocar o governo em ação” e/ou “analisar essa ação” (variável independente) e mudanças no rumo dessas ações” (variável dependente) (SOUZA, 2012, p. 69), definição que contempla a perspectiva desta pesquisa.

No processo de formulação de Políticas Públicas encontra-se a formação da agenda de políticas governamentais (*agenda-setting*), aparecendo a partir de um problema que questiona como uma questão se torna importante e/ou o que chama a atenção do governo/empreendedores políticos (*policy entrepreneurs*) para assim passar a integrar a agenda (CAPELLA, 2018).

O Estado Brasileiro, mesmo com todos os avanços que têm sido propagados acerca das tentativas de diminuição das desigualdades sociais, ainda está longe de ter parcela significativa da população efetivamente contemplada pelas Políticas Públicas, pelas políticas sociais, mais especificamente as políticas de ações afirmativas. Ainda assim, mesmo paulatinamente algumas Políticas Públicas desse contexto socioeconômico, étnico-racial caminham, tornando-se necessários todos os esforços e atenções para a concretização dos objetivos almejados, sendo as Ações Afirmativas um caminho possível.

Percebe-se que há uma conjunção de atores que podem estar envolvidos de alguma maneira no processo de Políticas Públicas, agindo direta ou indiretamente em aspectos ou fases delas, contudo, Silva (2012, p. 21) destaca que “a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada nos governos, e não necessariamente se restringe às participações formais, já que as informais são também importantes”. Dessa forma, sublinha-se a participação dos movimentos sociais, das comunidades acadêmicas,

comunidades externas, e diversos atores envolvidos no processo político da agenda de pesquisa.

2.2 Ações Afirmativas

A ação afirmativa é necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados, conforme destaca a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, [entre 2003 e 2015]) do Governo Federal. Os movimentos sociais como os relacionados e compostos por negros e indígenas, estão no bojo das políticas sociais compensatórias. Nas palavras de Silvério (2007, p. 21): “quando designamos políticas sociais compensatórias queremos dizer que são intervenções do Estado, a partir de demanda da sociedade civil, as quais garantem o cumprimento de direitos sociais, que não são integralmente cumpridos pela sociedade”.

Ações Afirmativas são Políticas Públicas destinadas a atender grupos sociais que se encontram em condições de desvantagem ou vulnerabilidade social em decorrência de fatores históricos, culturais e econômicos (FONSECA, 2009, p. 110). Esses conceitos de ação afirmativa ou política afirmativa nos permitem compreender do que se tratam e da importância e impacto destas na sociedade, nas agendas políticas, na perspectiva da Educação e na vida desses atores sociais já destacados acima.

No Brasil, as Ações Afirmativas integram uma agenda de combate à herança histórica da escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra. Para compreender a necessidade de uma ação afirmativa, é preciso, antes de tudo, compreender o contexto social vivido por um país. Por isso, o que gera preconceito por parte de setores da sociedade em muitos casos é analisar uma ação afirmativa sem antes entender o histórico que precedeu a política pública (SEPPIR, [entre 2003 e 2015]), pois como afirma Freire (2009, p. 59): “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Relacionado ao debate sobre redistribuição e justiça social, “mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes” (ADPF 186/DF, 2012, p.3).

Considerando a perspectiva proposta dentro de recorte marxista, pode-se tratar da responsabilidade do Estado em promover a justiça social e/ou equidade social, denotando conceitos pertinentes ao debate.

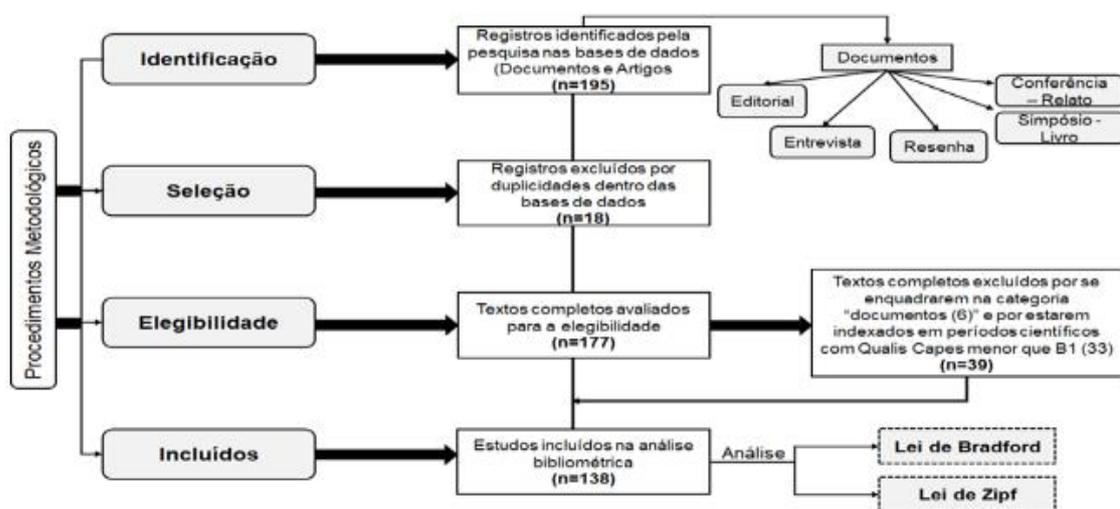
3. Caminhos metodológicos

Para este estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações e teses, jornais, documentos oficiais, relatórios, resoluções, bem como uma pesquisa bibliométrica na perspectiva de uma revisão sistemática de trabalhos publicados, relacionando pesquisa científica e produção entre os anos de 2009 e 2019, tratando-se de artigos e documentos que continham como descritores: “Educação” AND “Políticas Públicas” AND “Ações Afirmativas” no título, resumo e/ou palavras-chave.

As fontes bibliográficas de pesquisa se basearam na busca de dados indexados no Portal de Periódicos da CAPES, *Scientific Electronic Library Online* e *Web of Science*, bases de dados nacionais e internacionais com elevada relevância para as buscas e materiais coletados. Trata-se de uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico.

Inicialmente, realizou-se o levantamento de 195 produções nas referidas bases de dados; em seguida, foram organizadas e tabuladas em uma planilha no programa *Excel* da *Microsoft*, constando o periódico publicado, a área de estudo, o título do artigo, os autores, o ano de publicação, as palavras-chave, o qualis, o resumo. No decorrer, realizou-se a leitura exploratória dos trabalhos pelo título, palavras-chave, resumo e, quando necessário, pela introdução e demais partes da produção científica. Dessa forma, iniciaram-se outros procedimentos metodológicos relacionados à pesquisa bibliométrica, como elencar os passos da identificação, seleção, elegibilidade e inclusão, conforme disposto na Figura 1:

Figura 1 : Procedimentos metodológicos



Fonte: Os Autores (2022).

Aplicou-se a Lei de Bradford (1934) para analisar a dispersão da produção científica, de acordo com Alcântara e Sampaio (2017), para descobrir a extensão na qual os artigos desse assunto científico específico aparecem em periódicos, e a Lei de Zipf (1949) para observar a frequência de palavras e evocações dos termos indutores dentro do *corpus* da temática. Nas palavras de Araújo (2006, p. 12), “a bibliometria consiste na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação)”.

4. Aspectos advindos da pesquisa bibliométrica

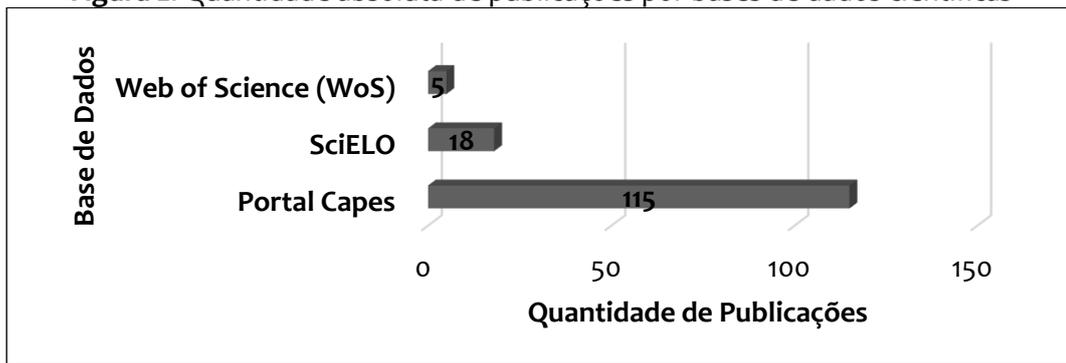
Com o levantamento de dados e informações, diversos elementos emergiram da pesquisa bibliométrica, tanto no que se relaciona aos periódicos, às linhas temporais, quanto ao assunto específico relacionado à Educação, às Políticas Públicas e às Ações Afirmativas.

No geral, foram identificados 195 registros nas referidas bases de dados. Foram excluídos 18 registros por se tratar de duplicidades, resultando em 177 registros elegíveis. Também, para o refinamento do estudo, foram excluídos 6 registros por se tratar de editoriais, entrevista, resenha, simpósio referente a um livro, relato sobre uma conferência e 33 artigos científicos por estarem indexados em periódicos com Qualis inferior a B2, baseado na classificação da Capes de julho de 2019. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre os anos de 2009 e 2019, envolvendo o conhecimento sobre Educação, Políticas Públicas e Ações Afirmativas e com Qualis igual ou superior a B1.

Após esses procedimentos metodológicos, permaneceu um total de 138 artigos científicos para análise. Aplicou-se a Lei de Bradford (1934) para analisar a dispersão da produção científica e a Lei de Zipf (1949) para observar a frequência de palavras e evocações dos termos indutores dentro do *corpus* da temática, sendo essa última efetivada com o auxílio da ferramenta Voyant Tools. A Figura 2 apresenta a quantidade absoluta de publicações de artigos científicos por base de dados incluídas na pesquisa.

Educação, políticas públicas e ações afirmativas rumo à equidade social: uma revisão sistemática de pesquisa e produção científica publicadas entre 2009 e 2019

Figura 2: Quantidade absoluta de publicações por bases de dados científicas



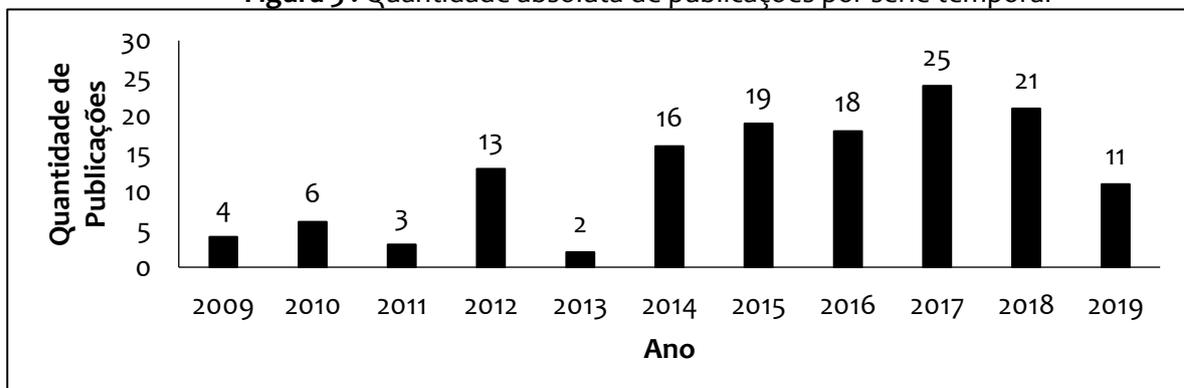
Fonte: Os Autores (2022).

Na sequência, levantou-se a quantidade absoluta de publicações por série temporal. A representação gráfica a seguir demonstra o total de artigos científicos publicados por ano, entre 2009 e 2019, relacionado à temática proposta e demonstra o aumento ou diminuição no número de publicações.

Como resultado, observou-se que o ano de 2017 foi o que expôs o maior número de publicações, representando aproximadamente 18% do total de artigos científicos, seguido de 2018 (16%) e de 2015 (13%), demonstrando a relevância da temática ao longo dos anos, ainda que com variações, havendo uma crescente nas publicações a partir de 2012. De outra parte, o menor número de publicações (3%) ocorreu nos anos de 2009 e 2011.

O ano de 2012 marca uma expressiva ação do Governo Federal, com a aprovação da Lei nº 12.711/12, a já mencionada “Lei de Cotas”, o que pode ter gerado um aumento e divulgação das produções a partir desse momento, lembrando, no entanto, que as ações e lutas dos movimentos sociais para a pauta dessa agenda de políticas sociais de inclusão são longínquas.

Figura 3: Quantidade absoluta de publicações por série temporal

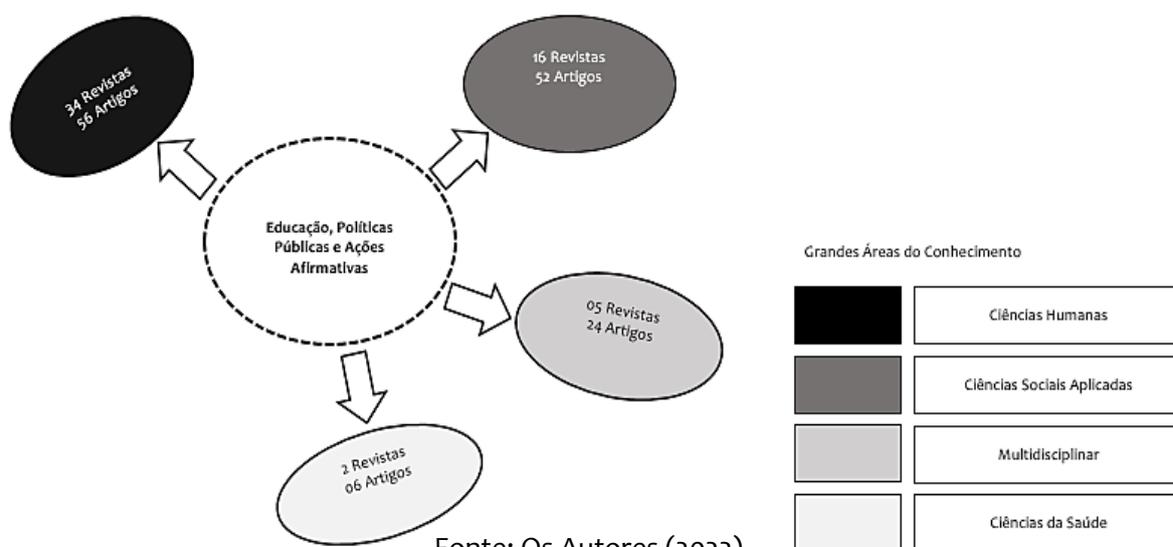


Fonte: Os Autores - dados extraídos das bases WoS, Periódicos Capes e SciELO (2022).

Com relação ao acesso ao Ensino Superior por meio de reserva de vagas, desde 2012 a legislação brasileira prevê essa reserva em universidades federais por meio da Lei nº 12.711/2012, a “Lei de Cotas”, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Essa lei fomentou e fomenta discussões, e por sua atualidade merece ser analisada em profundidade para verificação de seus desdobramentos na prática. Entretanto, ressaltamos que não é o escopo desta pesquisa.

No decorrer desta pesquisa, foi analisado o número de periódicos com publicações relacionadas às grandes áreas do conhecimento. Em relação à dispersão do conhecimento por grandes áreas, notou-se que as Ciências Humanas exibiram a maior proporção de revistas indexadas, seguida das Ciências Sociais Aplicadas, Multidisciplinar e Ciências da Saúde, conforme demonstrado na Figura 4.

Figura 4: Revistas e artigos publicados por grandes áreas do conhecimento



Fonte: Os Autores (2022).

A quantidade de artigos científicos publicada em cada periódico ficou assim distribuída: 56 artigos na área de Ciências Humanas, 52 nas Ciências Sociais Aplicadas, 24 na Multidisciplinar e 6 nas Ciências da Saúde. As principais revistas com o maior número de artigos elegíveis publicados foram: Direito e Práxis (16 artigos); Estudos Feministas (11 artigos), Revista de Direito Brasileira (11 artigos), Ensaio, Avaliação de Políticas Públicas e Educação (8 artigos), Ciência e Saúde Coletiva (5 artigos) e HOLOS (5 artigos). Na análise de evocação dos termos indutores, as palavras “Políticas, Superior, Social, Ações e Educação” revelaram tratar-se de assuntos com riqueza vocabular do *corpus*, com densidade vocabular de 0,198.

Educação, políticas públicas e ações afirmativas rumo à equidade social: uma revisão sistemática de pesquisa e produção científica publicadas entre 2009 e 2019

Concluiu-se que 57% das revistas estão indexadas nas Ciências Humanas e que há diferentes áreas tratando da mesma temática, que divergem no seu viés, pois as evidências científicas não estão sendo publicadas necessariamente na área de Educação, mas sim, progressivamente, na área do Direito, conforme explicitado no Quadro 1:

Quadro 1: Periódicos científicos, número de publicações e extratos de classificação CAPES (2019)

Periódico	Publicações entre 2009 - 2019	Qualis CAPES (Novo Qualis/2019)
Direito e Práxis	16	A1
Revista de Direito Brasileira	11	A1
Espaço Jurídico	1	A1
Revista Thesis Juris	2	A4
Seqüência: estudos jurídicos e políticos	3	A1
Revista de Administração Pública – RAP	4	A2
Administração: Ensino e Pesquisa RAEP	2	A3
Revista de Gestão USP	2	A3
Gestión y Política Pública	1	B1
Cadernos EBAPE.BR	1	A2
Revista de Administração Mackenzie	1	A2
Informação & Sociedade	1	A2
Revista de Gestão e Secretariado	1	B1
Revista Contabilidade & Finanças	1	A2
Em Pauta	4	A2
Cuadernos de Trabajo Social	1	A2
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	8	A1
Educar em Revista	3	A1
Periferia	3	B1
Psicologia e Saber Social	3	B1
Revista Artemis	3	A2
Laplage em revista	3	B1

Práxis Educativa	2	A4
Interfaces da Educação	2	A1
Acta Scientiarum. Education	2	A2
Cadernos do LEPAARQ	2	A2
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	1	A1
Revista Histedbr On-line	1	A3
Revista Educação, Cultura e Sociedade	1	B1
Psicologia da Educação	1	B1
Cadernos de Pesquisa	1	A1
Revista Internacional de Educação Superior	1	A3
Revista Diálogo Educacional	1	A2
Revista Contemporânea de Educação	1	B1
Revista Espaço Acadêmico	1	A4
Roteiro	1	A2
Revista Educação em Questão	1	A2
Pro-Posições	1	A1
Educação Temática Digital	1	A2
Revista NERA	1	A2
Ra'e Ga: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	1	A3
Revista Brasileira de Política Internacional	1	A1
Revista de Estudios Sociales (EN LINEA)	1	A3
Educación (Lima)	1	A4
America Latina Hoy	1	A1
Latin American Research Review	1	B1
Meridians: feminism, race, transnationalism	1	Sem qualis
Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies	1	A3
Journal of Research in Special Educational Needs	2	A1
Revista Ibero-americana de estudos em educação	1	A2

Educação, políticas públicas e ações afirmativas rumo à equidade social: uma revisão sistemática de pesquisa e produção científica publicadas entre 2009 e 2019

Revista Estudos Feministas	11	A1
Interface: Comunicação, Saúde, Educação	4	A4
Revista Brasileira de Pós-Graduação	3	B1
HOLOS	5	A3
Novos estudos – CEBRAP	1	A1
Ciência & Saúde Coletiva	5	A3
Revista de Gestão em Sistemas de Saúde	1	B1

Fonte: Os Autores - dados da pesquisa extraídos das bases WoS, Periódicos Capes e SciELO (2020).

As palavras mais frequentes no *corpus* do estudo foram: educação (30); superior (30); ações (26); afirmativas (26) e ensino (20). Embora a temática da Educação apareça em diferentes níveis de formação, no Ensino Superior, de forma geral, apareceram com mais frequência.

As Ações Afirmativas tratam da inclusão de diversos grupos de diferentes recortes sociais no que tange à raça, etnia, vulnerabilidade social, deficiências, entre outros. São ações tomadas nas diferentes esferas de poder, conforme discorre Munanga (2019) sobre a implementação de várias políticas de Ações Afirmativas para o combate ao racismo nas diversas esferas (federal, estaduais, municipais e distrital), assim também como no campo jurídico e administrativo.

Diversos grupos sociais, abordagens e instituições foram identificados ao longo da revisão: negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência (PcD), abordagens de gênero, raça, etnia, diversidade, acessibilidade, desigualdades, esfera (poder) federal, estadual, municipal, universidades, hospitais, terras indígenas, quilombos, com abrangência nacional e internacional e perpassando por diferentes áreas do conhecimento.

Figura 5: Nuvem de palavras com palavras-chave (conectores) extraídos dos artigos científicos



Fonte: Os Autores - dados da pesquisa extraídos do software Voyant Tools (2020). Densidade vocabular: 0.409. Média de palavras por frase: 74.6

Vale destacar que no contexto das políticas e Políticas Públicas, existem dinâmicas, atores, instituições etc. envolvidos e “é sabido que a dinâmica política, assim como a dinâmica de construção das políticas públicas, varia substancialmente nos diferentes lugares em que ela se desenvolve” (SECHHI, 2014, p. 61). Dessa maneira, o autor ressalta que conhecer o contexto em que a política acontece é muito importante para entender a dinâmica política, os atores envolvidos, seus comportamentos e efeitos das Políticas Públicas, como foi observado no corpo de vários estudos.

Subsequente ao trabalho realizado de revisão e a constatação de variados recortes (gênero, PcD, vulnerabilidade, cotas etc.) identificados na macrotemática, optou-se por uma releitura e estreitamento para contribuição da agenda específica de pesquisa sobre povos indígenas. Identificou-se, assim, 10 artigos científicos relacionados especificamente a questões indígenas, que em sua maioria tratam de Políticas Públicas e Educação.

O levantamento demonstrou outras áreas de publicação inerentes à temática, como: direito, comunicação, cultura, saúde e administração. Acerca do ano e quantidade de publicação, há: nos anos de 2012 (2 publicações), 2014 (1), 2015 (2), 2016 (2), 2018 (1) e 2019 (2). As revistas com maior número de publicações foram respectivamente “Práxis Educativa” e “Direito & Práxis”, com dois artigos cada uma. Outras revistas, como HOLOS, Periferia/Educação, Cultura & Comunicação, Interface: Comunicação, Saúde e Educação, Jorsen, Pro-Posições e Administração: Ensino e Pesquisa tiveram um artigo publicado dentro desta seleção.

Relacionados à área específica da saúde, houve 2 artigos publicados: “PET-Redes de atenção à saúde indígena: além dos muros da universidade. Uma reflexão sobre saberes e práticas em saúde” (2015) e o “Direito à saúde dos povos indígenas e o paradigma do reconhecimento” (2016). Um tratou do racismo contra os povos indígenas e os outros 7 artigos trataram de questões da Educação Superior indígena e/ou da universidade.

Reafirmando o impacto da Educação e das Ações Afirmativas, destaca-se que “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (BRANDÃO, 1985, p. 4) e reforça-se que as Ações Afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente (GEMAA/UERJ). Dessa forma, a relevância social

Educação, políticas públicas e ações afirmativas rumo à equidade social: uma revisão sistemática de pesquisa e produção científica publicadas entre 2009 e 2019

e política da Educação e das políticas de Ações Afirmativas ficaram evidentes e emergiram crítica e reflexivamente nos trabalhos e pesquisas apresentados.

5. Considerações Finais

A referida pesquisa revelou que as temáticas “Educação”, “Políticas Públicas” e “Ações Afirmativas” convergem ao perpassarem por questões sociais (justiça social, equidade, desigualdade, inclusão), direcionando o leitor a compreender que educação pública e Ações Afirmativas são indissociáveis, o que reforça a necessidade de equidade de oportunidades na sociedade contemporânea, além de demonstrar o crescente interesse, as tendências de pesquisas e publicações sobre esse escopo ao longo dos anos de 2009 a 2019.

A presente pesquisa buscou ampliar a compreensão sobre o avanço das políticas e leis, bem como destacar, entre outros aspectos, a conquista e lutas de movimentos sociais relacionados e protagonizados por negros, indígenas etc., demonstrando as dificuldades, a transformação e os avanços ocorridos nesse contexto. Os diálogos entre diversos saberes, sejam os científicos, sejam os saberes locais tradicionais, são de relevância fundamental e de valorização social.

Portanto, um caminhar para o respeito de fato à dimensão humana, social, cultural, ambiental e política vai ao encontro do reconhecimento da importância dessas temáticas serem debatidas e compreendidas na sociedade, especialmente nas Universidades e ambientes governamentais. Todavia, é necessário e relevante ocorrer mais avanços nas pesquisas que tratem a respeito desses tripés, ainda mais a considerar a responsabilidade, a eficiência, a valorização e a necessidade da Educação e da ciência para toda a sociedade.

A revisão integrativa propõe um olhar sistêmico, abordagens integradas, visão interdisciplinar no que tange a assuntos relacionados à Educação, Políticas Públicas e Ações Afirmativas para entrada efetiva nas pautas políticas, com análises e trabalhos na resolução de problemas e avaliações.

Com o exercício da revisão sistemática da literatura sobre os temas em questão, foi possível sistematizar os materiais, ter a dimensão do que é relevante e publicado na temática no marco temporal proposto, conhecer o alcance do conteúdo e apontar para novas possibilidades de estudos. Portanto, pesquisas e estudos nesse viés de revisão são relevantes e contribuem, assim, podem ser utilizados como aportes a novas pesquisas.

Referências

ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C.A.C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ADPF 186 Distrito Federal. **Supremo Tribunal Federal, Inteiro Teor do Acórdão**, Distrito Federal, p. 1 de 233, 26 abr. 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BRANDÃO, Carlos. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal Oficial – Institucional/Apresentação História**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional/apresentacao-historia>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

Educação, políticas públicas e ações afirmativas rumo à equidade social: uma revisão sistemática de pesquisa e produção científica publicadas entre 2009 e 2019

BRASIL. Lei nº 12.416, de 9 de junho de 2011. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jun. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12416.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Ações Afirmativas** [entre 2003 e 2015]. Disponível: <http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>. Acesso em: 01 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação –PNE 2014 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 dez. 2020.

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. Consciência em debate, coordenada por Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE AÇÃO AFIRMATIVA (GEMAA/UERJ). **O que são Ações Afirmativas?** Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PARANÁ. Lei nº 13.134 de 18 de abril de 2001. Reserva 3 (três) vagas para serem disputadas entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais. **Diário Oficial**, nº 5969, 19 abr. 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Resolução Conjunta nº 001/2001**. Institui a Comissão Universidade para os Índios – CUIA. Curitiba, 2001b.

PAULINO, Marcos. **Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná**. 2008. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional no Brasil após a ditadura militar**. Revista HISTEDBR On-line, v. 18, n. 2, p. 291-304, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. (orgs.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHÉ, M.; MARQUES, E. (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO. Faculdade Indígena Intercultural. **Histórico Faculdade Indígena Intercultural/UNEMAT**. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=indigena&m=historico>. Acesso em: 27 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 37/04-COUN**. Curitiba, 2004a.

ⁱ Nota

Uma versão prévia e compilada desta pesquisa foi apresentada no X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ENANPPAS

Sobre os autores

Valéria dos Santos de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UNEMAT). Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Servidora Pública na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: valeria.oliveira@unemat.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7971-2710>

Liliane Cristine Schlemer Alcântara

Pós-doutora em Ecosocioeconomia e Bem Viver pelo PPGTU/PUCPR. Pós-doutorado em Bem Viver e Desenvolvimento à Escala Humana pela UACH/Chile, Doutora em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/FURB. Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da UNEMAT. E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8502-720X>

Flávio Bezerra Barros

Doutor em Biologia da Conservação pela Universidade de Lisboa. Professor Associado da UFPA. Docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Antropologia da UFPA e Ciências Ambientais da UNEMAT. Presidente da Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). E-mail: flaviobb@ufpa.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6155-0511>

Recebido em: 27/03/2023

Aceito para publicação em: 02/04/2023